



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 42/2023, em que é recorrente **Idésio Cabral Dias Semedo** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 185/2023

(Autos de Amparo 42/2023, Idésio Cabral Dias Semedo v. STJ, Não-Admissão por Inexistência Manifesta de Violação de Direito, Liberdade e Garantia)

I. Relatório

1. O Senhor Idésio Cabral Dias Semedo, interpôs recurso de amparo impugnando o *Acórdão STJ 194/2023, de 28 de julho*, tendo como fundamentos os argumentos subsequentes:

1.1. Feito o cúmulo jurídico, foi condenado pelo Tribunal Judicial da Comarca da Praia na pena única de 8 anos e 10 meses de prisão;

1.2. Na sequência, discorreu extensamente sobre os factos imputados aquando da sua acusação e subsequente condenação, para o que releva destacando-se o seguinte:

1.2.1. Insatisfeito com a decisão do Tribunal de Primeira Instância, interpôs recurso para o Tribunal de Relação de Sotavento, que, por via do *Acórdão 98/2020*, concedeu parcial provimento ao recurso interposto, com a redução da pena para 5 anos de prisão efetiva, mais a condenação em custas processuais;

1.2.2. Mais uma vez inconformado, impetrou recurso dirigido ao STJ, contestando interpretação incorreta do número 1 do artigo 53 do CP feita por esse órgão ao negar-lhe o pedido de suspensão da pena. Outrossim, considera que o referido artigo não dispõe de nenhuma expressão que leve a crer que não se tenha de estar perante uma certeza para se

aplicar a pena de prisão efetiva em detrimento da suspensão da pena. Sendo imprescindível uma certeza fundamentada no espírito do julgador de que “a simples ameaça de prisão constitui advertência suficiente para que o agente modele o seu comportamento perante a sociedade”;

1.2.3. Por isso insurge-se contra o STJ por este ter, através do *Acórdão 194/2023*, decidido pela improcedência do recurso, com base no argumento de que do acórdão impugnado não decorre violação de qualquer dos princípios invocados, privando-o de ser contemplado com a suspensão da pena de prisão por se considerar que sequer foram preenchidos os pressupostos formais para acionar o referido instituto, imputando a esta interpretação violações ao princípio da proporcionalidade da pena e ao princípio da humanidade inerente à dignidade da pessoa humana constitucionalmente consagrada. Neste sentido, rejeita que o órgão judicial recorrido tenha considerado que não se apresentou nenhuma razão de índole objetiva que permite vislumbrar a possibilidade de se suspender a pena aplicada, e que o mesmo apenas tenha se limitado a debruçar-se sobre os pressupostos vertidos para o artigo 53 do CP;

1.2.4. Arremata que, na sua perspetiva, o órgão judicial recorrido limitou-se a confirmar a decisão do Tribunal da Relação de Sotavento, quando estavam preenchidas as condições para, fundamentadamente, se suspender a pena. Nomeadamente porque, na sua apreciação, o passado criminal foi a razão pela qual não foi agraciado com o referido instituto. Por isso é apologista da tese de que, à semelhança do uso que acontece com o princípio do *in dubio pro reo* no tocante às dúvidas geradas pela apreciação das provas, o tribunal tinha o poder-dever de conceder-lhe a prerrogativa de suspensão da pena, o que não deixa de ser uma condenação.

1.3. Alega que no nosso sistema não é permissível a violação do princípio da legalidade, que esperava mais reparos ao processo e formula vários comentários genéricos cujas ligações ao objeto do recurso são muito difíceis de estabelecer.

1.4. Reitera que todos os meios legais de defesa dos seus direitos, bem como todas as vias de recurso ordinário foram esgotados e retoma, na conclusão, elementos conducentes ao percurso do processo principal apresentados inicialmente com a súplica de que o seu amparo seja julgado procedente;

1.5. Pede que lhe seja concedido o amparo constitucional dos seus direitos consagrados no princípio da dignidade da pessoa humana, inerente ao [seria princípio?] da humanidade da pena, bem como o da proporcionalidade da pena, violados pelos acórdãos recorridos.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão do parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. O recurso seria tempestivo, o requerente teria legitimidade, não caberiam outros recursos ordinários;

2.1.1. Porém, por se ter compulsado a petição de recurso e não se ter logrado descortinar qual o(s) direito(s), liberdade(s) e garantia(s) constitucional(ais) potencialmente violado(s), considera que o recurso de amparo constitucional interposto não cumpre todos os requisitos exigidos pela Lei do Amparo;

2.1.2. Devendo, por isso, ser o recorrente notificado para suprir a referida deficiência.

3. Marcada a sessão de julgamento para o dia 24 de novembro nessa data se realizou com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC.

3.1. O julgamento culminou com decisão vertida para o *Acórdão 181/2023, de 11 de dezembro, Idésio Cabral Dias Semedo v. STJ, Aperfeiçoamento por indicação deficiente das condutas alegadamente lesivas de direitos, por falta de definição dos amparos que se pretende obter, por apresentação de um segmento conclusivo deficitário*, Rel: JCP Pina Delgado, disponível na página da rede do Tribunal Constitucional: <https://www.tribunalconstitucional.cv/index.php/ultimas-decisoes>, por intermédio do qual os Juízes Conselheiros que compõem o Tribunal Constitucional decidiram determinar a notificação do recorrente para que aperfeiçoasse o seu recurso: a) Apresentando de forma clara e precisa a(s) conduta(s) que imputa ao órgão recorrido e

que terá(ão) violado os direitos que elenca; b) Explicitando os direitos, liberdades e garantias amparáveis que considera terem sido violados; c) Indicando o(s) amparo(s) específico(s) que pretende obter para a sua reparação.

3.2. Decisão esta notificada ao recorrente no dia 11 de dezembro. Tendo este, em resposta à mesma, protocolado um requerimento de aperfeiçoamento do seu recurso no dia 13 do mesmo mês, no qual, não só reitera o que já tinha articulado na petição inicial, como também promove alguns ajustes à peça para tentar corresponder às determinações deste Tribunal.

4. Marcada sessão de julgamento para o dia 15 de dezembro, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados infra.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017*,

de 20 de julho, *Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp.

75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples

petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios-

constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação;

2.3.4. No caso em observação, apesar de o recorrente ter apresentado a sua petição na secretaria indicando expressamente tratar-se de um recurso de amparo, de ter incluído exposição das razões de facto que a fundamentam e integrando segmento conclusivo, embora nos moldes referidos no acórdão que determinou o seu aperfeiçoamento, era notório que o recurso apresentado pelo recorrente padecia de certas enfermidades;

2.3.5. Daí o *Acórdão 181/2023, de 11 de dezembro, Idésio Cabral Dias Semedo v. STJ, Aperfeiçoamento por indicação deficiente das condutas alegadamente lesivas de direitos, por falta de definição dos amparos que se pretende obter, por apresentação de um segmento conclusivo deficitário*, Rel: JCP Pina Delgado, ter determinado a notificação do recorrente para que este aperfeiçoasse o seu recurso: a) Apresentando de forma clara e precisa a(s) conduta(s) que imputa ao órgão recorrido e que terá (ão) violado os direitos que elenca; b) Explicitando os direitos, liberdades e garantias amparáveis que considera terem sido violados; c) Indicando o(s) amparo(s) específico(s) que pretende obter para a sua reparação;

2.3.6. Decisão esta notificada ao recorrente no dia 11 de dezembro. Tendo este, em resposta à mesma, protocolado uma peça de aperfeiçoamento do seu recurso, protocolado no dia 13 do mesmo mês, na qual, não só reitera o que já tinha relatado na petição inicial, como também promove alguns ajustes à peça para tentar corresponder às determinações deste Tribunal;

2.3.7. A admissibilidade de um aperfeiçoamento determinado pelo Tribunal Constitucional em acórdão tirado em sede de recurso de amparo depende de, primeiro, a peça protocolada por um recorrente entrar dentro do prazo previsto pelo artigo 17 da Lei do Amparo e do Habeas Data; segundo, de corresponder às injunções feitas pelo aresto;

2.3.8. Dúvidas não subsistem de que a peça de aperfeiçoamento, além de ter sido oportunamente colocada, haja em vista que, tendo o recorrente sido notificado no dia 11 de dezembro de 2023, protocolou-a dois dias depois, a 13 de dezembro do mesmo ano;

2.3.9. O aperfeiçoamento em relação à identificação de condutas, da indicação dos direitos violados e da explicitação dos amparos pretendidos não é o mais exemplar para dizer o mínimo, e as injunções de correção das conclusões parecem ter sido desconsideradas, porém, considerando o sumário apresentado pode-se dar de barato que seriam estas as conclusões, e avançar, ainda que alertando o recorrente para a inadequação da sua peça e para os riscos de isso, por si só, poder legitimar uma decisão liminar de não-admissão.

2.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do Habeas Data – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.5. Sendo assim, com a peça de aperfeiçoamento, no limite do aceitável, o Tribunal entende que todos os requisitos da peça estão presentes, considerando o Coletivo ter todos os elementos necessários a verificar se o recurso é admissível.

3. No essencial, consegue-se depreender as condutas que o recorrente pretende impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entende terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário.

3.1. A conduta que parece impugnar ainda que imperfeitamente, através de formula vertida para os parágrafos 11 e 13 da sua peça de aperfeiçoamento, seria o facto de o STJ, através do acórdão impugnado se ter negado a suspender a pena que lhe foi aplicada, estribando-se, pura e simplesmente, nos seus antecedentes criminais e na sua personalidade, quando estariam preenchidos os pressupostos formais e materiais para se conceder tal benefício; a qual

3.2. Vulneraria o princípio da dignidade da pessoa humana e o seu direito a uma pena justa e humanizada, bem como a uma decisão equitativa; e justificaria:

3.3. Que o recurso seja julgado procedente e se conceda amparo a esses direitos, que terão sido violados pela decisão recorrida.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. Os recorrentes, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arrogam serem titulares de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, serem pessoas direta, atual e efetivamente passíveis de serem afetadas pela conduta impugnada, de rejeição do seu recurso ordinário, possuírem legitimidade processual ativa, o mesmo ocorrendo, no polo passivo, com a entidade recorrida que praticou o ato ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. Nestes termos, o recorrente havia sido notificado do acórdão recorrido no dia 26 de outubro de 2023;

4.3.2. Se se considerar que protocolou o seu recurso na secretaria deste Tribunal no dia 15 de novembro, o mesmo foi impetrado tempestivamente.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnam normas (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6, *Acórdão 29/2019* e *Acórdão 39/2022, de 28 de*

outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, o recorrente apresenta como conduta lesiva de direitos, liberdades e garantias o ato de o STJ, através do acórdão impugnado se ter negado a suspender a pena que lhe foi aplicada, estribando-se, pura e simplesmente, nos seus antecedentes criminais e na sua personalidade, quando estariam preenchidos os pressupostos formais e materiais para se conceder tal benefício.

5.2. Não portando tal fórmula natureza normativa, dá-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. O recorrente considera ter sido vulnerado o princípio da dignidade da pessoa humana e do seu direito a uma pena justa e humanizada, bem como a uma decisão equitativa, não se entendendo bem e em que termos;

6.1.1. Evidentemente, em si, o princípio da dignidade da pessoa humana não é amparável e tampouco se consegue identificar na Lei Fundamental esse direito ou sequer uma posição jurídica impositiva de uma pena justa e humanizada fora do quadro de limitações de penas já estabelecidos nesse instrumento jurídico fundacional;

6.1.2. Na medida em que poderá, no limite, estar em causa, uma violação do direito à liberdade sobre o corpo, pode-se aceitar que poderá existir alguma posição jurídica de titularidade do recorrente de não ser submetido a uma pena de prisão efetiva de modo desnecessário;

6.2. Dando-se esta exigência essencial por ultrapassada.

6.3. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.3.1. Neste particular, apesar de a conduta poder ser atribuída primariamente ao TRS;

6.3.2. Não haverá dúvidas que, ao confirmar essa decisão de não-suspensão da pena efetiva aplicada, o STJ também nela incorreu.

7. Um pedido de que o recurso seja julgado procedente e se conceda amparo a esses direitos, que terão sido violados pela decisão recorrida, não é nada congruente com o estabelecido pelo artigo 25 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, o que é particularmente grave porque o recorrente já havia sido admoestado no acórdão de aperfeiçoamento e persiste na indicação de um amparo vazio. Assim, na hipótese de o recurso ser admitido a trâmite, o que se decidirá adiante, teria, mais uma vez, de ser o próprio Tribunal a ajustar o amparo a conceder ao recorrente caso meritórias as suas alegações.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma

exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1. Neste caso, se se considerar que foi a sentença de primeira instância que não suspendeu a execução da pena que lhe aplicou de oito anos e dez meses de prisão considerando para o efeito a intensidade do dolo e “elevada ilicitude” da sua conduta e os efeitos patrimoniais dos seus atos, pode dizer-se que reagiu tempestivamente ao requerer ao TRS que, se não se decidisse pela sua “imediata absolvição”, alternativamente, o condenasse “numa pena suspensa por quatro anos”, até porque terá sido esta a pena pedida pelo Ministério Público.

8.1.2. E persistiu com a sua inconformação depois de o tribunal de apelação ter decidido não ser de se suspender a pena na sua execução porque, considerando a personalidade do arguido e a sua conduta anterior, a simples ameaça de pena não seria suficiente para o dissuadir de cometer outros crimes. Ele, mais uma vez, reagiu pedindo revista com justificação de que todos os pressupostos previstos pelo artigo 53, parágrafo primeiro, do CP estariam preenchidos.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca mecanismo que seja idóneo para assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ele pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, neste caso por motivos evidentes, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do

tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, esta possa revogar a sua própria decisão;

8.2.2. Neste caso em concreto, o que se observa é que o recorrente esgotou todas as vias ordinárias de recurso, não sendo de se exigir que, neste caso, invocasse qualquer dos incidentes pós-decisórios ordinários previstos pelo artigo 408, parágrafo segundo, do CPP, haja em vista que, considerando o objeto do seu recurso de revista e a pronúncia do órgão judicial recorrido, para tanto teria de atacar o próprio mérito da decisão com a argumentos similares aos utilizados na própria peça de recurso de revista que esse tribunal já havia apreciado.

8.2.3. Dispõe a lei que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, considerado que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, tendo considerado que a partir deste aresto o Tribunal tem avaliado o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto para haver esgotamento das vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perçíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantia a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP

Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda – e, talvez, sobretudo, nos casos em que a violação primária só pode ser atribuída ao último tribunal na cadeia decisória – tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão;

8.2.4. O recorrente não pediu reparação depois de notificado do acórdão recorrido, mas, neste caso, parece tratar-se claramente de uma situação de dispensa de colocação sucessiva de pedido de reparação. Pela razão de que tendo a violação originária sido perpetrada pelos tribunais inferiores, a súplica de tutela de direitos já subiu com os recursos ordinários protocolados, sendo de se registar que colocou a questão de possível violação de alguns princípios constitucionais na hipótese de não se suspender a pena que considerava ser um poder-dever do tribunal, sendo que, no seu entender, a suspensão da pena não seria uma mera faculdade;

8.2.5. Por conseguinte, o Tribunal Constitucional dá por ultrapassado o pressuposto do pedido de reparação.

9. Sendo assim, dá-se por preenchidas todas as condições de admissibilidade em relação à conduta impugnada, o que não significa que se tenha de admitir o recurso neste particular. Nomeadamente porque pode dar-se o caso de serem aplicáveis as causas especiais de inadmissão previstas pelas alíneas e) e f) artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

9.1. De acordo com a primeira disposição, “o recurso não será admitido quando (...) manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias individuais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo”.

9.1.1. A jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria percorreu um longo caminho desde a discussão inicial que se travou no âmbito dos Autos de Amparo Constitucional 1/2016 e que resultou no *Acórdão 5/2016, de 14 de março, Emílio Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 10 de maio de 2016, p. 1211-1221, e), e numa declaração de voto assinada pelo JC Pina Delgado;

9.1.2. A partir deste debate incorporou-se o entendimento de que o recurso a essa causa de inadmissão requereria que se demonstrasse a ausência de fundamentalidade do direito invocado, a ausência de conexão entre parâmetros de escrutínio convocáveis e as condutas impugnadas e a inviabilidade manifesta das pretensões do recorrente, que se manifestaria nas circunstâncias em que todos os juízes estivessem seguros de que a causa estava condenada a fracassar no mérito, não havendo a mínima centelha de poder ser estimado, caso admitido;

9.1.3. Esta posição foi assumida plenamente pelo *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); e seguidamente pelo *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 493-499, e); pelo *Acórdão 23/2019, de 27 de junho, Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p.1232-1236, e); pelo *Acórdão 24/2019, de 4 de julho, Leny Martins e Fernando Varela v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, p. 1580-1585, e), sendo que nestes três últimos casos, apesar da viabilidade extremamente reduzida, optou-se por se admitir o recurso, posto não haver segurança total a respeito da improcedência do pedido. Porém, em relação aos que já foram apreciados, conduzindo a decisão de improcedência no mérito (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por*

tribunal judicial, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 36-42; *Acórdão 26/2019, de 9 de agosto, sobre violação do direito à liberdade, da garantia de presunção de inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1590-1595). A estes se junta o mais recente *Acórdão 49/2022, de 12 de dezembro*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 92-96, que foi admitido *in extremis* porque nem todos os juízes ficaram convictos que o pedido era manifestamente inviável, mas pouco tempo depois foi julgado improcedente pelo *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 680-683;

9.1.4. Já no *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), considerou-se que manifestamente não era viável violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva sem proferimento de despacho de pronúncia, em situação em que, embora este não tenha sido notificado ao recorrente, foi proferido dentro do prazo legal de oito meses, e no *Acórdão 27/2022, de 24 de junho, Gilson Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 setembro de 2022, p. 1916-1921, e), não se admitiu uma das condutas impugnadas por considerar que era manifestamente inviável que tivesse violado direito, liberdade ou garantia;

9.1.5. De todo esse debate emerge que a causa de admissibilidade da alínea e) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* permite que se antecipe a falta de mérito de um pedido de amparo nos casos em que ele não esteja devidamente ancorado numa posição jurídica que remeta a um direito amparável (“fundamentalidade”); em que entre as condutas impugnadas e os parâmetros indicados não exista uma ligação lógica (“conexão”) ou que perfunctoriamente se consiga concluir que, de forma clara, não há qualquer hipótese de o recurso ser procedente no mérito (“viabilidade”), o que pode acontecer quando todos os juízes tiverem acesso aos autos e puderem analisar todos os

elementos pertinentes e mostrarem-se confortáveis em antecipar o julgamento de mérito da questão, tornado inócuo qualquer juízo subsequente;

9.1.6. Neste caso concreto, parece entender o recorrente que estavam preenchidos todos os pressupostos formais e materiais para, fundamentadamente, se suspender a pena, e que só não se o fez porque levou-se em consideração exclusivamente o seu passado criminal, esquecendo-se das exigências de prevenção e de que entre as finalidades da pena estaria a reintegração do agente na vida social e comunitária;

9.1.7. Ao passo que o órgão judicial expressou entendimento de a suspensão não ser advertência suficiente para afastar o agente do delito. Outrossim, o que se verificava era que este tinha optado por uma “carreira criminosa”, circunstância demonstrada pelas sucessivas condenações a que ficou sujeito em 2000 (sete anos, por crimes de furto), 2007 (cinco anos, por crimes de burla), 2008 (quatro anos e seis meses, por crimes de roubo, furto e burla), 2009 (90 dias de multa, por crime de recetação); e 2011 (oito anos e seis meses, por crimes de abuso de confiança). Não se mostrando por essa razão os pressupostos formais e matérias de suspensão preenchidos por doutos motivos que extensamente desenvolveu a partir de circunstanciada interpretação do artigo 53 do Código Penal;

9.1.8. E, com efeito, desde logo, dúvidas se colocam quanto à fundamentalidade das posições jurídicas invocadas pelo recorrente e, sobretudo, a respeito da viabilidade das suas pretensões.

9.2. Em relação à fundamentalidade da questão ela é garantida simplesmente por um parâmetro que não destacou especificamente, mas que é o único que o pode socorrer na presente situação, o direito à liberdade sobre o corpo, porque os demais têm conexão duvidosa com os factos descritos, nomeadamente o que denomina ser o princípio da dignidade da pessoa humana e a garantia do *in dubio pro reo*.

9.2.1. Não se compreende e nem tem viabilidade a invocação do princípio da dignidade da pessoa humana em sede de escrutínio de amparo, só se compreendendo essa digressão caso estivesse a sustentar que ele estaria relacionado a esse direito a uma pena justa e humanizada, de onde parece inferir posição jurídica de que os tribunais estariam

obrigados a suspender a execução da pena que lhe foi aplicada. Porém, dificilmente se pode extrair tal posição jurídica do princípio da dignidade da pessoa humana ou de qualquer outro princípio ou norma constitucionais. De resto como o Tribunal já havia considerado quando asseverou que “[a] Constituição não adota um entendimento fechado e muito menos absolutista sobre as funções das penas, as quais sempre teriam um papel insubstituível para a preservação dos direitos de outras pessoas ou interesses públicos relevantes – daí não deixar de pressupor até as mais gravosas no número 2 do artigo 30 em “consequência de sentença judicial condenatória pela prática de atos puníveis por lei com (...) prisão (...)” – apesar de vedar a aplicação de certos tipos de penas, nomeadamente a de morte (artigo 28, parágrafo segundo, segundo segmento) e as que forem cruéis, desumanas e degradantes (artigo 28, parágrafo segundo, primeiro segmento) e a de prisão perpétua (artigo 33), por autoridades nacionais, e de sujeitar qualquer delas aos critérios de restrição de direitos definidos pelos números 4 e 5 do seu artigo 17, nomeadamente ao princípio da proporcionalidade” (*Acórdão 37/2022, de 12 de agosto, Kevin Rodrigues & Leonardo da Cruz, sobre violação da garantia de contraditório, à ampla defesa e à audiência prévia e da garantia ao habeas corpus*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro, pp. 1962-1970, 4.3.1). São estes os limites das penas estabelecido pela Constituição da República, não podendo qualquer pessoa reivindicar outros.

9.2.2. Nomeadamente porque a tentativa de extensão do espectro protetivo da garantia do *in dubio pro reo* para abarcar questão de determinação da pena e do seu modo de execução não é muito convincente, de resto como o órgão judicial já disse ao enfatizar que ele “enquanto corolário do princípio da presunção da inocência é de essência probatória”, não se aplicando ao instituto em questão. Assim seria “porque, reunidos os pressupostos previstos no artigo 1º, n.º 3, do CPP, para a aplicação do *in dubio pro reo*, em homenagem à presunção da inocência, o arguido deve ser absolvido, sendo que não há espaço para absolvição, não se pode falar e nem acionar esse princípio”. Conclui o douto aresto do STJ que “a suspensão da execução da pena nada tem a ver com o *in dubio pro reo*, se trata de um instituto penal de conteúdo pedagógico, reeducativo, que deve ser acionado nos casos em que estiverem preenchidos os pressupostos previstos no artigo 53 do CP, o que aponta, especialmente, para razões e preocupações de ordem preventiva (prevenção especial positiva) não sendo de confundir com situações em que haja dúvidas razoáveis quanto à prova e a responsabilidade criminal”. Não podia estar o Tribunal

Constitucional mais de acordo porque efetivamente a garantia do *in dubio pro reo* não tem aplicação fora do quadro de apreciação das provas e de determinação da responsabilidade criminal. Num caso em que esta questão não se coloca, limitando-se a estar em causa a definição da pena e o seu modo de execução, deixa de haver qualquer posição jurídica que possa ter conexão com essa garantia constitucional. Por esta razão e sintomaticamente, como lembra o órgão judicial recorrido, tratar-se-ia de um princípio de direito processual penal e como tal vertido para o artigo 1º, parágrafo terceiro, do CPP (“havendo dúvida razoável sobre quaisquer factos relativos à infração cuja existência se procura verificar ou à responsabilidade que se pretende apurar, ela será resolvida em favor do arguido”) e não propriamente de direito penal material, onde se inscreve a questão da determinação das penas e do seu modo de execução. Na verdade, o que o recorrente poderia estar a querer invocar seria o mais genérico princípio do *in dubio pro libertate*, que se pode discutir enquanto possível corolário do direito à liberdade sobre o corpo.

9.3. No tocante à viabilidade a situação é basicamente inultrapassável, posto que:

9.3.1. Primeiro, a posição desta Corte em relação à justificação constitucional de sanções criminais já ficara estabelecido em acórdão anterior, no qual se assentou que a Lei Fundamental opera, a este respeito, “no quadro de um complexo, mas necessário, balanceamento entre o princípio da liberdade e da autonomia individuais, do qual resulta não só o postulado do estado natural de liberdade do indivíduo, mas igualmente a responsabilidade decorrente do seu agir moral; o plástico princípio da dignidade da pessoa humana; o princípio da solidariedade e o princípio da justiça, todos consagrados na Lei Fundamental. Uma orientação que se dá corpo no artigo 47 do Código Penal que dispõe que ‘a aplicação das penas (...) tem por finalidade a proteção de bens jurídicos essenciais à subsistência da comunidade social e a reintegração do agente na vida comunitária’, a qual, por motivos evidentes, mais do que determinada por critérios dogmáticos deve ser reconduzida e interpretada à luz da Lei Fundamental no sentido de que tais bens jurídicos essenciais à subsistência da comunidade são aqueles que como tais são considerados pelo legislador constituinte, o que permite a utilização de uma panóplia diferenciada de razões para definir a finalidade de penas relativas a cada tipo penal, desde que isso seja feito de forma proporcional e tenha como limite a culpa de cada pessoa”;

9.3.2. Portanto, da Constituição ou da lei não se extraiu um dever específico de se suspender a pena sem analisar o contexto pessoal e social da prática de um crime, já que se permite que o juiz, caso a caso, proceda às ponderações necessárias a harmonizar a finalidade legal de reintegração do agente na vida comunitária e a proteção dos bens jurídicos essenciais à subsistência da comunidade social, desde que não o faça de forma arbitrária;

9.3.3. E a lei densifica essa perspectiva, condicionando a suspensão da pena ao preenchimento de um conjunto de pressupostos formais e materiais, que operam a diversas dimensões. Desde logo, num primeiro plano, estabelecendo situações em que o órgão judicial não se possa beneficiar dessa possibilidade, condicionando-a, formalmente, a penas não superiores a cinco anos de prisão e até ao limite da segunda condenação do agente; e limitando a sua decretação aos casos em que pela incidência, qualificação, natureza e circunstâncias de cometimento não sejam crimes que impõe exigências de prevenção geral e especial, a menos que justificação especial possa ser invocada;

9.3.4. E, num segundo, numa linha mais material, concebendo um espaço de apreciação para o tribunal, dependente de uma ponderação fina de vários elementos arrolados no número 1 dessa disposição, nomeadamente a) os motivos que levaram o agente a realizar o facto punível; b) as circunstâncias em que realizou o facto punível; c) o seu grau de ilicitude do facto; d) a conduta anterior ou posterior ao crime do agente; e, e) a personalidade do agente; na perspectiva de eles permitirem concluir que a simples censura e a ameaça da prisão realizariam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição;

9.3.5. Nesta conformidade, nota-se que, como muito bem e eloquentemente atestou o órgão judicial recorrido, a possibilidade de se suspender a execução da pena nem se colocava nessa situação, havendo uma clara limitação legal imposta aos órgãos judiciais que intervieram nesta situação concreta. Pois o único pressuposto formal que o tribunal tinha de considerar preenchido, como efetivamente pressupôs, é o que se refere a duração da pena aplicada, que, realmente, e nos termos do primeiro segmento do número do artigo 53 do CP, não ultrapassava os cinco anos;

9.3.6. Mas, já não os demais, haja em vista que o parágrafo quinto desta disposição parece não permitir a concessão da ‘graça’ a quem já não esteja na primeira condenação e na pendência de suspensão, numa segunda condenação, mas que já tinha sido condenado cinco vezes. Isso considerando que “a suspensão de execução da pena de prisão só poderá ser decretada “em caso de primeira condenação do agente, ou, numa segunda vez, se o novo facto punível tiver sido praticado, transcorrido um prazo mínimo de seis anos a contar da data de trânsito em julgado da decisão que decretou a primeira suspensão”. Disso decorre que não sendo propriamente uma segunda suspensão em caso em que pena já havia sido suspensa, mas de limites quantitativos à concessão de benefício de suspensão de direito, parece a este Tribunal que, conforme desenvolve o acórdão recorrido, não ficara muita margem hermenêutica ao órgão judicial que o prolatou para adotar qualquer interpretação mais benigna para o direito;

9.3.7. E também não o pressuposto material de não se estar perante a prática de crime que pela sua incidência, qualificação, natureza e circunstâncias impusesse especiais exigências de prevenção, geral e especial. Muito pelo contrário, tratando-se de um crime contra a propriedade, que conduz à debilitação horizontal de um direito consagrado pela Constituição, priva as pessoas de bens e de recursos essenciais à sua existência e mina a confiança do cidadão nas interações individuais e a coesão social, as necessidades de prevenção geral seriam evidentes, o mesmo ocorrendo sob o prisma da prevenção especial, em se tratando de crime cometido por pessoa que já tinha incorrido nesse tipo de conduta de forma sistemática sempre que se encontrou em liberdade. Em suma, parafraseando, a par do órgão judicial recorrido, os dizeres do Senhor Procurador-Geral da República, “suspender a execução da pena aplicada ao recorrente significaria o claudicar da efetividade da lei perante a insistente conduta criminosa, dando um sinal de impunidade que não pode ser” transmitido.

9.4. Mas, ainda que o tribunal não se considerasse condicionado por esses limites à suspensão da execução da pena e pudesse promover ponderar os critérios do número um dessa disposição para efeitos de conclusão de que a simples censura e a ameaça de prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição, claramente nada haveria, com quem discordar.

9.4.1. Primeiro, porque o espaço de ponderação aberto pelo artigo 53 impermeabilizaria o juízo do órgão recorrido de uma sindicância estrita do Tribunal Constitucional, podendo este órgão, mais uma vez, promover um escrutínio lasso de cariz negativo (*Acórdão 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 5; *Acórdão 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277-1285, 4; *Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648, 5; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.3; *Acórdão 5/2021, de 25 de janeiro, Évener de Pina v. STJ, sobre violação da garantia à presunção da inocência e da garantia ao contraditório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, pp. 850-861, 2.1.3; *Acórdão 43/2022, de 4 de outubro, Amadeu Oliveira v. Supremo Tribunal de Justiça, sobre a violação do direito à liberdade sobre o corpo*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, 62-71, 4.3.1, *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, Ivan dos Santos v. TRB, por confirmação de sentença condenatória a pena de prisão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, 680-683; *Acórdão 81/2023, de 22 de maio, José Eduíno v. STJ*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 66, 15 de junho de 2023, pp. 1376-1384, 13; *Acórdão 105/2023, de 26 de junho, Matthew Balme v. STJ, Admissão a trâmite de conduta de confirmação judicial da extradição do recorrente, malgrado o Estado Requerente não ter alegadamente apresentado garantias suficientes de que teria reconhecido um direito ao recurso ou a um novo julgamento, por eventual violação do direito de recurso e do direito à defesa em processo penal*, Rel: JC

Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1458-1469, 9.1.9), tendente simplesmente a verificar se as determinações que o órgão judicial produziu fizeram-no incorrer nalguma arbitrariedade;

9.4.2. Segundo, porque é evidente que, a) ao contrário do que alega o recorrente, o passado criminoso não foi o único fator a ser ponderado pelo tribunal, já que se avaliou igualmente os motivos e as circunstâncias concretas em que realizou o crime; e b) a norma em si autorizaria o tribunal judicial a ponderar tanto a conduta social anterior ao crime, como a sua personalidade, como decorre expressamente da formulação do preceito;

9.4.3. Portanto, o acórdão recorrido ao concluir que a) “o passado criminoso do recorrente e daí a personalidade revelada, propensa à criminalidade contra o património, afastam qualquer hipótese de prognóstico favorável ao mesmo”; e que, b) “o *modus operandi* e a ousadia com que foi cometendo e cometeu os crimes deste processo apontam para uma estratégia bem delineada nas suas execuções e de ação de quem escolheu como modo de vida ludibriar os outros e por essa via obter vantagem patrimonial”. E ainda, c), assentar que “ponderada a personalidade do recorrente, as circunstâncias em que praticou os factos que deram azo à sua condenação neste processo, a sua conduta anterior e condição de vida, mesmo que estivessem reunidos os pressupostos formais para acionar esse instituto, esses dados não permitiriam ao julgador concluir no sentido de que a simples ameaça de prisão constituiria advertência suficiente para o manter afastado da comunidade”, não violou o direito à liberdade sobre o corpo.

9.5. Em suma, os tribunais judiciais – de julgamento ou de recurso – sempre teriam acentuada discricionariedade para, de forma perfeitamente racional, concluir que numa circunstância em que se confronta com arguido já condenado anteriormente por diversos crimes idênticos, a proteção dos bens jurídicos essenciais à subsistência da comunidade, nomeadamente a propriedade privada das pessoas e a confiança que depositam nos seus pares, essenciais para o funcionamento saudável de uma sociedade bem ordenada devem prevalecer sobre a aparente reintegração imediata do agente na vida comunitária, por um lado, e, do outro, que esta mesma reintegração deva ser feita através do cumprimento de uma pena de reclusão, que permitirá que o condenado reflita e se prepare, com esforços próprios e com a solidariedade da comunidade política, para que,

assim que possa recuperar a sua liberdade por termo da execução da sanção criminal, se possa afastar definitivamente de qualquer atividade criminosa.

9.6. Está-se, pois, perante situação em que manifestamente não houve violação de direito, liberdade e garantia, o que permite que esta Corte Constitucional não tenha de levar o recurso para a segunda fase do processo, podendo rejeitá-lo desde já dada a total impossibilidade de ser estimado no mérito.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 20 de dezembro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 20 de dezembro de 2023.

O Secretário,

João Borges